OCUPAÇÕES DE TERRA E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Benoît de l'Estoile e Lygia Sigaud (Orgs.)

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

NASHIELI R. LOERA

O conjunto de artigos que compõem esse livro foi originalmente publicado em 2001 pela Maison des Sciences de l'Homme, Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (EHESS), Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine (Paris III), no n. 43/44 do *Cahiers du Brésil Contemporain*. Ao longo do texto, são apresentados resultados de uma experiência de etnografia coletiva realizada na zona sul da mata pernambucana. Dezesesseis pesquisadores brasileiros, franceses e argentinos se lançaram numa aventura antropológica para tentar compreender as transformações sociais em curso naquela região e identificaram os acampamentos da reforma agrária como os sinais mais evidentes de uma descontinuidade na ordem social. Em 1997, ano dessa expedição coletiva em terras pernambucanas, novos elementos na paisagem surpreenderam os pesquisado-

res: uma bandeira do MST ou de um sindicato da região hasteada junto a um conjunto de barracas cobertas com plástico negro, alinhadas uma do lado da outra e instaladas dentro dos engenhos.

Como os acampamentos se tornaram possíveis dentro dos engenhos? Quem participa? Como estes são percebidos pelos agentes envolvidos? Essas são algumas das perguntas que guiaram essa empreitada etnográfica.

As ocupações de terra com acampamentos de *lona preta* organizados por *movimentos* constituem um fato novo na história brasileira. No caso pernambucano, como mostram os organizadores desse livro, Benoît de l'Estoile e Lygia Sigaud, a fórmula ocupação-acampamento se institucionalizou na região na década de 1990 como a *forma* adequada de demandar terras ao Estado brasileiro, num contexto de crise na

agroindústria canvieira (suspensão de subsídios, privatização das exportações, extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, falência das usinas e desemprego entre os trabalhadores rurais).

No livro, através de um texto introdutório, um caderno de fotos e seis artigos, as diferentes peças de um quebra-cabeça vão sendo unidas. As ocupações de terra na região seriam a ponta do *iceberg*. Através delas e da análise das relações nas quais estão imbricadas, os autores mostram-nos as mudanças numa configuração social.

L'Estoile e Sigaud abrem o livro colocando, para o leitor, algumas considerações sobre o método e o alicerce das descobertas feitas no decorrer da pesquisa. Para os organizadores, o conhecimento prévio da região que alguns pesquisadores brasileiros da equipe já tinham foi o arcabouço das novas descobertas.

Desse modo, o que daria o sentido a essa publicação seria a singularidade do momento da pesquisa, mas, sobretudo, o lugar que esta ocupa num processo cumulativo de produção

de uma espiral de conhecimentos.

Esse livro é, nas palavras dos organizadores, “um convite à reflexão a respeito das possibilidades que se abrem ao conhecimento pela prática da etnografia coletiva e pela inscrição de uma pesquisa singular em um longo processo de acumulação de saber sobre um mundo social preciso” (p. 16). Tendo esse convite como pano de fundo, as descobertas vão sendo apresentadas.

Em 1997 a crise da agroindústria açucareira (que começara no final dos anos 80 e começo dos 90) havia-se agravado. Para alguns patrões atingidos pela crise, o projeto Costa Dourada – de iniciativa do governo federal em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que propunha a exploração de turismo ecológico na região – e as desapropriações de terra passaram a ser vistos pelos patrões como uma alternativa, como uma *aposta*, uma opção numa situação de incerteza sobre o futuro.

Para os trabalhadores rurais, a crise implicava uma perda de proteção, aquela do patrão,

do contrato de trabalho e dos direitos trabalhistas. Estes últimos faziam parte, desde os anos 60, do programa de ação dos sindicatos da zona canavieira. Reforma agrária com desapropriação dos engenhos é também uma reivindicação antiga entre os sindicalistas da região, a novidade estava no fato de ocupar as terras dos engenhos e nelas montar acampamentos para reivindicar sua desapropriação.

Para Sigaud, Fajolles, Gautié, Gómez e Smircic, a entrada na região, no começo dos anos 90, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundamental para que as ocupações de terras acontecessem e fossem percebidas pelos trabalhadores rurais como uma opção a mais no horizonte de possibilidades. Principalmente depois da primeira ocupação realizada no Engenho Camaçari, ocupação organizada cooperadamente entre MST e sindicato.

Uma ocupação bem-sucedida produz efeito e se torna parte do universo das crenças não só para aqueles que participaram dela, mas também para

aqueles que decidiram não participar, abrindo a possibilidade para futuras ocupações. Como mostrado por L'Estoile e Pinheiro, para os indivíduos a participação num acampamento é uma aposta da ordem das crenças e o horizonte temporal das apostas não é igual para todos.

Nesse contexto, a reforma agrária (participação nos acampamentos como forma de demandar a desapropriação do engenho e distribuição das terras) não é percebida como saída apenas por aqueles diretamente atingidos pela crise, como os trabalhadores desempregados, atrai também pessoas com ocupações precárias e vivendo situações de incerteza.

Para os sindicalistas a decisão de promover a ocupação de engenhos “resultou da percepção de que o mundo da cana estava mudando e que era necessário ajustar-se” (p. 40). Para os sindicatos, especialmente para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), a fórmula ocupação-acampamento começou “a emergir como novas formas de ação ‘virtuo-

sa' no campo" (p. 43) e como um novo mecanismo de acumulação de capital simbólico, tomando em conta que desde o final dos anos 70 essa organização goza de um elevado prestígio no mundo sindical.

No que concerne ao poder local na região, até 1996 os prefeitos vinham tradicionalmente das elites locais ligados aos grandes proprietários e usineiros do mundo dos engenhos. Pela primeira vez, um prefeito sindicalista vinculado à Fetape havia chegado ao poder em Rio Formoso. Como apontado por Coutant, Viguier, Garcia e Pantaleón, com a chegada do sindicalista não só houve uma diversificação das elites políticas, mas também uma transferência das competências sindicais para a política municipal. O prefeito, um reconhecido líder da luta pelos direitos trabalhistas, apoiava as ocupações com recursos materiais e negociando, colocando-se como mediador entre MST, sindicatos, proprietários (patrões) e sem-terra.

Serre, Zalc e Baudelot mostram que as mudanças na correlação de forças locais repercutem também nas escolas da

região. A relação entre escola e poder municipal se faz evidente no investimento na própria infra-estrutura das escolas e nas mudanças nas diretorias delas. Portanto, a escola, longe de ser um universo autônomo, está imbricada numa rede de relações sociais de interdependência.

A percepção da gestão municipal dos sindicalistas entre os habitantes de um dos bairros de Rio Formoso (bairro de origem de alguns participantes dos acampamentos) é analisada por Macedo e Corrêa. Segundo os autores, a avaliação da gestão é feita de modo relacional com base numa lógica do dom e contra-dom, do dar e receber. Sob essa lógica, os habitantes comparam a *ajuda* recebida dessa administração com a anterior.

Essa lógica também foi encontrada no mundo dos engenhos por L'Estoile e Pinheiro na relação patrão–morador. O prestígio do “bom patrão” era adquirido e mantido por aquele que dava mais, que ajudava mais e cumpria com seus deveres para com o morador e vice-versa.

Para os pesquisadores, o tramado de mudanças – a reestruturação das normas de comportamento das relações patrões–moradores, a reconfiguração da correlação de forças e de poder no plano da política municipal e a existência de novos atores em cena – adverte a mudança na configuração social e a gestação de uma nova linguagem social – a dos acampamentos da reforma agrária. Linguagem esta entendida pelos patrões, trabalhadores rurais, sindicalistas, militantes dos chamados *movimentos* e representantes dos órgãos federais encarregados das desapropriações.

Desse modo, no conjunto dos artigos desse livro vemos então os diferentes pontos de vista de um mesmo processo social e os autores mostram que as ocupações em terras dos antigos patrões não foram atos espontâneos, reuniu-se uma série de condições sociais que fizeram com que um processo social dessa envergadura acontecesse.

Embora a existência dos acampamentos dentro dos engenhos indique uma descontinuidade

de na ordem social, também, como apontado pelos autores, se fazem visíveis as continuidades. Para L’Estoile e Pinheiro, o modo como os moradores dos engenhos eram recrutados pelos patrões, tendo como base a exigência de “conhecimento pessoal”, parece ser reproduzido na seleção dos participantes dos acampamentos organizados pelos sindicalistas.

Por outro lado, em terras dos antigos engenhos, convertidos agora à exploração turística, as relações de dominação patrão–morador são transferidas na relação com os trabalhadores, agora na condição de empregados. Relações fundadas “no endividamento (moral) e nas obrigações mútuas” (p. 90).

Nos diversos artigos reunidos nesse livro, as relações pessoais fundadas sob uma lógica do dom e dos deveres e compromissos aparecem permeando todas as relações do mundo social estudado. Entre patrões e moradores, sindicalistas e trabalhadores rurais, militantes e acampados, prefeito e representados e inclusive a própria relação entre pesquisador e pesquisado. Como explicita-

do pelos organizadores desse livro, a produção de um saber etnográfico e a própria possibilidade da pesquisa dependeu da existência dessas relações. Afinal, “a convicção dos deveres não é apenas da ordem de uma ‘ideologia’, é uma norma de conduta, socialmente reconhecida. Trata-se de um ideal de relações sociais que é ativo na construção e manutenção dessas relações” (p. 80).

Jean-Claude Combessie, num exercício de coerência com a própria proposta metodológica do livro, fecha poeticamente esse conjunto de artigos fazendo um exame crítico das próprias condições sociais nas quais a pesquisa foi desenvolvida.

Nesse esforço de etnografia coletiva bem-sucedida, os pesquisadores mostram-nos a importância de “levar a sério”, numa expressão dos organizadores, as mudanças vividas como importantes para os próprios atores sociais. Sem dúvida essa é uma das maiores contribuições dessa publicação, sem esquecer o fato de que os resultados apresentados nesse livro abrem novos horizon-

tes de pesquisa e contribuem de maneira significativa para alimentar a espiral do conhecimento sobre esse fenômeno social recente, o das ocupações massivas de terra no Brasil.

NASHIELI R. LOERA - Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — Unicamp.
 Pesquisadora do Centro de Estudos Rurais — Unicamp.
 Bolsista do Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología do México.